

Ler – obrigação, necessidade ou prazer?

Reading - obligation, necessity or pleasure?

REGINA ZILBERMAN*

Resumo: O prazer da leitura parece negado pela escola quando essa lida com textos literários. Por sua vez, o prazer propriamente dito nem sempre é avaliado de modo positivo pelos filósofos. Contudo, enquanto prazer estético, ele sintetiza, desde Aristóteles, a reação sensorial aos produtos artísticos. Recentemente, a leitura, enquanto forma de prazer, foi matéria do pensamento de Roland Barthes e Hans Robert Jaus, que, desde perspectivas distintas, a descrevem enquanto liberação ou emancipação. Examina-se trecho de *Vidas secas* para verificar em que medida o prazer da leitura decorre da revelação, pela linguagem, de um conhecimento.

Abstract: The pleasure of reading seems to be neglected by the formal educational system when it deals with literary texts. In turn, pleasure itself is not always positively evaluated by philosophers. However, aesthetic pleasure summarizes, since Aristotle, the sensorial reaction to artistic artifacts. Recently, reading as a form of pleasure has been a subject of Roland Barthes' and Hans Robert Jaus's thoughts. In different ways, both of these critics describe it as liberation or emancipation. Through the exam of *Vidas secas* (*Barren lives*), this article aims to show to what extent the pleasure of reading can derive from the disclosure of knowledge through language.

Palavras-chave: prazer da leitura; leitura; recepção; emancipação; *Vidas secas*.

Keywords: pleasure of reading; reading; reception; liberation; *Vidas secas* [*Barren lives*].

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Do prazer
Quanto mais leve tanto mais sutil
O prazer que das coisas nos provém.
Escusado é beber todo um barril
Para saber que gosto o vinho tem.
Mario Quintana*

1. Escola – lugar do prazer de ler?

Em um de seus mais conhecidos poemas, “Liberdade”, Fernando Pessoa expõe sua concepção de prazer: é, nas suas palavras, “não cumprir um dever” (Pessoa, 2009, p. 47), “ter um livro para ler / e não o fazer”. Os versos subsequentes referem-se sobretudo ao mundo da literatura, da leitura e da escola. O ato de ler é qualificado de “maçada”, e “estudar é nada”. A literatura, por sua vez, é o avesso da natureza, já que “o sol doira sem literatura”, e “o rio corre bem ou mal, / sem edição original”. A natureza prescinde da literatura, sem sofrer prejuízos. Por sua vez, observados desde o prisma da materialidade, os livros não passam de “papéis pintados com tinta”, e o estudo, que eles comportam, são irrelevantes, já que o máximo que ensina é a indistinção “entre nada e coisa nenhuma”. O poema conclui pela invocação a Jesus Cristo, cujo poder não fica diminuído pelo fato de não saber de “finanças”, nem por não possuir “biblioteca” (Pessoa, 2009, p. 48).

O poema, assinado por Pessoa, se examinado desde o prisma da temática, parece provir do heterônimo Alberto Caeiro, ao privilegiar, acima da “poesia”, da “bondade” e das “danças”, as “crianças”, provavelmente por sua inocência, ao lado das “flores, música, o luar, e o sol”, isto é, as manifestações espontâneas do mundo natural, tal como expressa “O guardador de rebanhos”. O que sinaliza a distinção em relação ao conjunto de poemas de Caeiro é o estilo, pois esse heterônimo não costuma empregar versos de quatro ou cinco sílabas, nem acredita no poder das rimas, de que “Liberdade” é pleno.

“Liberdade” apresenta uma concepção de “prazer” e de “leitura” em que as duas expressões não apenas se opõem, como se excluem: não há lugar para o

“prazer” no campo do “ler”, e vice-versa. No meio desse trajeto de exclusão está a escola, como se essa instituição, ao conduzir o indivíduo para o âmbito da leitura, dos livros e das bibliotecas, anesthesiasse a fruição advinda da proximidade com a natureza, povoada por seres aparentemente intocados pela cultura: crianças, plantas e astros. De uma parte, a espontaneidade, de outra o pragmatismo das finanças, o saber organizado da biblioteca, o objeto livro. Esse é o espaço da obrigação, do qual fica fora o prazer.

A escola enquanto síntese da obrigação e do desprazer aparece em outro poema, do brasileiro Ascenso Ferreira. O retrato traçado em “Minha escola”, de 1927, é bastante cruel: a instituição é protegida por “grades”, “como as prisões” (Ferreira, 2008, p. 38), lembra o eu lírico. O professor, por sua vez, é desenhado como “carrancudo” e “complicado”, além de ser julgado inacessível. Para evidenciar as qualidades negativas do mestre, o poeta compara-o, primeiramente, com o dicionário, depois, com *Os Lusíadas*, sendo o primeiro livro mencionado exemplar da casmurrice, o segundo, da distância entre aluno e professor.

Também no poema de Ascenso Ferreira o livro impresso é sinônimo do desprazer e do desgosto, a que se opõe a vida fora da sala de aula – “minha adorável vida de criança”, marcada por “pinhões”, “papagaios” e “carreiras ao sol” (Ferreira, 2008, p. 38). Se, em “Minha escola”, não ocorre propriamente a celebração da natureza enquanto espontaneidade e liberdade, há, por outro lado, a vigorosa condenação da poesia canônica em língua portuguesa, sendo o verso camoniano “As armas e os barões assinalados” metonímia da “tortura” que o garoto rejeita (Ferreira, 2008, p. 38).

Cora Coralina, em poema em que rememora os tempos de escola, não foge ao paradigma do ensino repressor e do desconforto provocado pela leitura. Em “A escola da mestra Silvina”, ela indica que “não se brincava”, havia “muito respeito” e “leitura alta”:

Leitura alta.
 Soletrava-se.
 Cobria-se o debuxo.
 Dava-se a lição.
 Tinha dia certo de argumento
 com a palmatória pedagógica
 em cena. (Coralina, 1984, p. 76)

Não são poucos os exemplos em que a escola aparece enquanto o espaço do desagrado e da perda do amor pelos livros, assim como do abandono do universo representado pela fantasia de que a literatura é uma das manifestações. Se se espera que a leitura produza um prazer, não é por ocasião de sua passagem pela escola que esse efeito será alcançado.

2. Prazer: da Ética para a Estética

Platão é o primeiro filósofo do Ocidente a refletir sobre o prazer, *hêdoné*, em grego, matéria de *Filebo*, um de seus últimos diálogos.

Nessa obra, Sócrates, *alter ego* do autor, debate com Protarco a natureza do prazer, que, conforme *Filebo*, constitui o maior bem. Sócrates opõe ao prazer a inteligência, mas, ao final, conclui por uma “vida mista”, já que “nenhum dos dois viria a ser o bem em si mesmo” (Platão, 1974, p. 119). O hedonismo é desautorizado pelos dois ângulos com que aparece naquele diálogo. Platão desvaloriza a experiência fruidora; e não atribui ao tema relevância capaz de colocá-lo no patamar das questões centrais de seu pensamento, como são as reflexões sobre o Bem, a Justiça ou a alma.

Fundador da metafísica ocidental, à qual vincula a teoria do conhecimento e a ética, e idealista, Platão não poderia conferir densidade e proeminência a um conceito que não prescindia da materialidade do corpo e sublinha os efeitos da sensibilidade. Cabe destacar que o filósofo não ignora a noção do prazer, nem o descarta de seu pensamento. Contudo, não o alinha ao lado dos valores habilitados a levar o indivíduo à ascensão ao saber e à depuração interior.

Será necessário que a filosofia rompa com o idealismo e com a primazia da metafísica para que, entre os gregos, o prazer possa se converter em objeto de reflexão. A tarefa é preenchida por Epicuro, que procede a uma inversão do procedimento até então usual: ao invés de perguntar originalmente pelo ser, e depois pelo lugar do indivíduo na ordem das coisas, ele prefere oferecer uma alternativa para o sofrimento humano.

O prazer passa, assim, a ocupar o centro das ponderações de Epicuro. Atribui a infelicidade das pessoas ao temor da morte, o que as impede de usufruir a vida com gosto. Seguidor de Demócrito, adota a teoria de que todos os seres são formados de átomos, cuja união, aleatória e nunca pré-determinada, compõe os

entes, unidades que, assim como se constituem, podem desaparecer, segundo contínua mutação. Epicuro é materialista, afirmando tão somente o que a natureza lhe oferece e recusando a noção de uma instância espiritual, seja o platônico mundo das ideais, seja o âmbito do Olimpo e dos deuses. Sua preocupação é neutralizar o medo da morte, que, intimidando o indivíduo, provoca-lhe a dor e impede o prazer: “O limite da magnitude dos prazeres é o afastamento de toda a dor. E onde há prazer, enquanto existe, não há dor de corpo ou de espírito, ou de ambos.” (Epicuro, 1980, p. 14).

Para Epicuro, o prazer resulta da ausência de dor. Cabe aproveitar o melhor de cada momento, sem considerações ou planos para o futuro. Seu fundamento é o *carpe diem*, que não incide em gozo incontrolável, nem em apelo às sensações:

Quando dizemos, então, que o prazer é fim, não queremos referir-nos aos prazeres dos intemperantes ou aos produzidos pela sensualidade, como creem certos ignorantes, que se encontram em desacordo conosco ou não nos compreendem, mas ao prazer de nos acharmos livres de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma (Epicuro, 1980, p. 17).

O prazer parece definir-se pelo que não é: em Platão, opõe-se à razão e à prudência, em Epicuro, é consolada aceitação da finitude e da transitoriedade. Os autores não o rejeitam, mas, colocando-se contra em um caso e a favor em outro, não almejam prestigiá-lo enquanto tal.

Para Platão, o prazer contrapõe-se à razão e ao intelecto, portanto, situa-se no âmbito de uma teoria – negativa – do conhecimento. Epicuro transfere o tópico para o campo da Ética, mostrando-se à primeira vista favorável ao prazer. Porém, ainda que o termo epicurismo aproxime-se do conceito de hedonismo, no pensamento daquele filósofo o gozo deve ser regulado, e praticada a cautela enquanto fórmula de alcançar a felicidade.

Nem Platão, nem Epicuro referem-se à relação prazerosa do sujeito – do conhecimento ou da ação – com a poesia, questão abordada por Aristóteles, no capítulo IV da *Poética*.

Na *Poética*, a poesia é definida como *mimese*, termo traduzido por imitação ou por representação, sendo sua existência devida a dois fatores: em primeiro lugar, “o imitar é congênito no homem”; além disso, “os homens se comprazem no imitado”. Na sequência do capítulo, o filósofo desenvolve sua asserção, levian-

do em conta dois tipos de experiência: a da contemplação – “com prazer”, insiste ele – das “imagens mais exatas daquelas mesmas coisas”, ainda quando se trata de situações ou objetos que, em outras circunstâncias, olharíamos “com repugnância”; e a da execução, quando não se tem meios de comparar o imitado a seu original: “Se suceder que alguém não tenha visto o original, nenhum prazer lhe advirá da imagem, como imitada, mas tão somente da execução, da cor ou qualquer outra causa da mesma espécie.” (Aristóteles, 1966, p. 71).

Aristóteles identifica um prazer próprio à poesia, gerado, de uma parte, pelo que ela é capaz de reproduzir, de outra, por sua habilidade em convencer, decorrente da fatura bem realizada. Esse prazer associa-se a dois tipos de conhecimento: por parte do produtor, do meio e das pessoas que deflagram a representação imitativa; por parte do destinatário, da identificação entre imitante e imitado, ao lado da aceitação do processo de imitação. O efeito dessa ação, no destinatário, é o prazer, efeito, porém, que não o leva a agregar saber, já que ele **reconhece**, isto é, confirma a ciência que já detém.

O saber com que opera a arte não é, portanto, de ordem metafísica, não se envolvendo, pois, com os universais. Aristóteles, no capítulo IX da *Poética*, é bem claro a respeito desse ponto, colocando a poesia abaixo da filosofia. Assim, ele pode valorizar o prazer da recepção da obra de arte, sem precisar contrariar Platão. Essa valorização, por outro lado, é acompanhada da inferiorização do objeto artístico, já que não agrega conhecimento. A poesia pode proporcionar um prazer específico, que não é bom, nem mau, porque não atinge o plano filosófico que interessa a Aristóteles.

O prazer desencadeado pela poesia relaciona-se igualmente ao papel educativo que desempenha, em razão de outra propriedade sua, concretizada sobretudo pela tragédia: a catarse, a purificação das emoções decorrente da representação de cenas que causam o terror e a piedade. A catarse caracteriza-se pelo alívio experimentado pelo espectador, quando, ao se deparar com gestos radicais praticados pelas personagens, vivencia e ao mesmo tempo purga reações socialmente indesejadas. Esse alívio é terapêutico, ao motivar um desafogo, ele mesmo prazeroso.

Sob esse aspecto, a poesia educa, levando o destinatário a provar situações extremas, mesmo as mais transgressivas, sem estar sujeito às punições em que tais atos incidem. O ser humano pode crescer emocional ou intelectualmente graças ao processo de transferência que a poesia faculta, chegando a esse ganho

até com algum lucro, o prazer obtido ao final do processo. Na *Arte poética*, de Horácio, essa posição recebe formulação definitiva, pois ele valoriza a criação poética que mistura “o útil e o agradável, deleitando e ao mesmo tempo instruindo o leitor” (Horácio, 1981, p. 65).

Delectare parece ter sido a palavra que sucedeu a *hêdoné* dos gregos, termo também traduzido por *voluptas*. Contudo, vingou o deleitar, já que volúpia incidiria em prazer sensorial, matéria que Platão rejeitou no *Filebo* e Aristóteles redirecionou na *Poética*. O deleitar não exclui o prazer, mas confere-lhe dimensão espiritual; e, ainda assim, o significado é matizado, pois só tem validade se instruir, assegurando a utilidade da arte com a palavra.

De um modo ou de outro, a reflexão sobre a poesia não pode mais descartar uma tomada de posição sobre o prazer que sua recepção suscita, tema que reaparece em diferentes momentos do pensamento ocidental.

Aurélio Agostinho, depois Santo Agostinho, aprendeu Retórica quando estudou em Cartago, tornando-se mais adiante professor de gramática. Ainda que abraçasse o neoplatonismo de Plotino, nas *Confissões* revela conhecer a poética aristotélica, ao refletir sobre o “prazer dramático”. Recordando sua juventude, observa que “arrebataavam-me os espetáculos teatrais, cheios de imagens das minhas misérias e de alimento próprio para o fogo das minhas paixões.” (Santo Agostinho, 2010, p. 45). Anota também que:

“em tempos passados compartilhava no teatro da satisfação dos amantes que mutuamente se gozavam pela torpeza, se bem que espetáculos destes não passassem de meras ficções. Quando se desgraçavam, eu piedosamente me contristava. Numa e noutra coisa, sentia prazer.” (Santo Agostinho, 2010, p. 46)

Agostinho percebe a dualidade produzida pelo espetáculo dramático e exposta primeiramente por Aristóteles: o indivíduo condói-se “quando presencia cenas dolorosas e trágicas”, mas não desejaria vivenciá-las. Por outro lado, o “espectador anseia por sentir esse sofrimento, que, afinal, para ele constitui um prazer” (Santo Agostinho, 2010, p. 45). Na sequência, comenta: “Que compaixão é essa em assuntos fictícios e cênicos, se não induz o espectador a prestar auxílio, mas somente o convida à angústia e a comprazer ao dramaturgo, na proporcão da dor que experimenta?” (Santo Agostinho, 2010, p. 45-46).

O prazer do espetáculo está, pois, diretamente vinculado ao incitamento à

compaixão, caso contrário, o “espectador retira-se enfasiado e criticando”. Porém, “se se comove, permanece atento e chora de satisfação” (Santo Agostinho, 2010, p. 46). Agostinho, cristão e batizado à época da escrita das *Confissões*, rejeita agora esse sentimento, porque se referem a emoções originadas pela ficção, quando cabe ao ser humano comover-se ou sentir compaixão por dores reais.

O prazer é criminalizado, marginalizado ou mitigado. Sigmund Freud, que restabelece a importância do princípio do prazer, situa-o no âmbito do inconsciente e contrasta-o ao princípio da realidade, que o substitui em decorrência das “pulsões de autoconservação do Eu” (Freud, 2006, p. 137). Por outro lado, Freud está ciente de que esse recalcamento não provoca satisfação, mas seu contrário: “Todo desprazer neurótico é desta espécie: um prazer que não pode ser sentido como tal.” (Freud, 2006, p. 138). Suas conclusões parecem evidenciar que o prazer não é bem-vindo pela sociedade humana.

Contudo, não há mais como fugir ao reconhecimento da importância e legitimidade do prazer estético. A Estética é elevada à condição de espaço de reflexão filosófica por Alexander Gottlieb Baumgarten, e o tema é desenvolvido por Emanuel Kant, na *Crítica da faculdade do juízo*, em que procura discriminar o modo como a criação artística pode ser julgada. Admite que o Belo “é o que apraz”, mas esse prazer dá-se “sem nenhum interesse” (Kant, p. 114). Logo, o prazer estético constitui atitude desinteressada, é finalidade sem fim:

Esta ‘finalidade sem fim’ significa que um objeto é julgado como belo quando seus elementos se encontram, com respeito ao todo, na mesma relação que as partes de um organismo com respeito à sua totalidade, ou dos meios com respeito ao fim, mas sem que esta adaptação seja considerada como servindo em realidade a nenhum fim, quer utilitário, quer moral.” (Bastos, 1987, p. 180)

Mesmo os produtos da cultura da massa geram algum tipo de prazer, ainda que Theodor W. Adorno o entenda como uma espécie de promessa não cumprida de felicidade. Trata-se, segundo ele, de um logro, uma promissória indefinidamente prorrogada, o projeto perverso de um espetáculo ou de uma festa em que “o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 115).

O prazer encontra seu lugar, quando transferido para a área da Estética en-

quanto modo de percepção e reação à obra de arte. Nem sempre essa resposta será avaliada de maneira positiva; além disso, seguidamente o destinatário é colocado em posição de passividade ou apto à manipulação, como adverte Hans Robert Jauss, que procura resgatar a qualidade da experiência estética:

É só de modo parcial que a necessidade estética é manipulável, pois a produção e a reprodução da arte, mesmo sob as condições da sociedade industrial, não consegue determinar a recepção; a recepção da arte não é apenas um consumo passivo, mas sim uma atividade estética, pendente da aprovação e da recusa. (Jauss, 1979, p. 57)

Por outro lado, é por se situar no campo da recepção que motiva a reflexão sobre uma forma específica de prazer – aquele que a leitura provoca. Sob essa perspectiva, destacam-se dois pensadores – Hans Robert Jauss e Roland Barthes – que, no começo dos anos 1970, elaboraram ensaios seminais a respeito das relações entre prazer, literatura e leitura.

3. Prazer e leitura

Hans Robert Jauss, entre 1967 e 1970, impulsionou as pesquisas sobre leitura, ao valorizar o papel do público enquanto agente de atualização das obras do passado (Jauss, 1970). Em 1972, voltou-se para o processo de leitura enquanto tal, examinando a natureza da experiência estética. Essa supõe três momentos simultâneos e combinados: a *poiesis*, quando o leitor sente-se co-autor da obra; a *aisthesis*, equivalente à renovação da percepção do mundo circundante; e a *catarse*, que leva o leitor a adentrar-se emocionalmente na obra por meio da identificação, tanto mais crítica quanto mais questionador apresentar-se o objeto da leitura (Jauss, 1972). Segundo Jauss, a catarse é liberadora e inclui, simultaneamente, conhecimento e fruição, conjugação possível tão somente no caso da experiência estética.

Roland Barthes, em *O prazer do texto*, de 1973, equipara o efeito da leitura ao “instante insustentável, impossível, puramente *romanesco*, que o libertino degusta ao termo de uma maquinação ousada, mandando cortar a corda que o suspende, no momento em que goza.” (Barthes, 1987, p. 11). Para além do pra-

zer, ele coloca a fruição (*jouissance* ou gozo), que possui, por natureza, “caráter associativo”, pois “é a perda abrupta da socialidade”, sem que signifique “recaída no sujeito (a subjetividade), na pessoa, na solidão: *tudo* se perde, integralmente” (Barthes, 1987, p. 52).

Há, no prazer suscitado pelo texto e, em particular, na fruição, um componente transgressivo que o coloca à margem do social. Além disso, “o prazer do texto não é seguro”, já que “nada nos diz que este mesmo texto nos agradecerá uma segunda vez”; trata-se, pois, de “um prazer precário”. Pela mesma razão, não pode ser objeto de descrição, nem se transformar em matéria de uma “ciência positiva” (Barthes, 1987, p. 67).

Advogado do hedonismo, Barthes parece resgatar o significado original da palavra grega, avessa ao conhecimento e à sabedoria, na acepção adotada por Platão, em *Filebo*. E extravasa o posicionamento de Freud, para quem o princípio do prazer guarda resíduos aristotélicos, ao provir da satisfação suscitada pelo alívio diante da dor e da dilaceração. Pode-se identificar, no posicionamento de Barthes, uma erótica do texto, mas que não equivale ou substitui o prazer sexual, pois esse não é necessariamente transgressivo, nem suplanta o interdito, enquanto o texto pode fazê-lo.

Não, porém, qualquer texto, mas aquele que, por sua linguagem, excede, também ele, os limites do discurso. Seus exemplos provêm da vanguarda mais experimental, que rompe com a dicção moderada pelo significado e investe pesadamente nas potencialidades poéticas e não necessariamente decodificáveis do significante.

Alinhada ao pensamento de Juss ou ao de Barthes, uma teoria se enraizou a partir do acolhimento de suas ideias, segundo a qual a leitura da literatura gera prazer. A partir daí, desdobrou-se em propostas distintas de definição desse prazer: ele pode estar vinculado à obtenção de conhecimento e à conquista da emancipação intelectual; ou configurar-se em experiência única, irrepetível e indizível. Nas duas alternativas, evidencia-se um ponto de convergência: recusam-se premissas que incidem em obrigação, dever, necessidade ou instrução. Para Juss, a experiência estética é liberadora e, ao mesmo tempo, dialógica, pois leva o sujeito da percepção a se expressar enquanto autor, efeito resumido na noção de *poiesis*. Para Barthes, o prazer coincide com uma vivência sensorial, não cognitiva, logo, impossível de ser filtrada pela inteligência e transformada em expressão linguística. Colocando-se o texto nos limites da linguagem, seus

efeitos implodem até mesmo o discurso que poderiam dar conta da experiência que suscita.

O texto literário, porque produz algum tipo de satisfação, pode levar seu usuário a falar ou a calar; mas nunca o deixa indiferente.

4. A obrigação

A leitura da literatura não se confunde, pois, com a ação de “cumprir um dever”; e tal como propõe Fernando Pessoa, é possível dispor de um (ou mais) livro(s) para ler “e não o fazer”. Transforma-se em “maçada”, quando associada ao “estudo”, como faz o poeta nos versos de “Liberdade”; não é, porém, prescindível, se incidir em algum tipo de emancipação, como sugerem, por caminhos distintos e até opostos, Roland Barthes e Hans Robert Jauss. Contudo, se transformada em obrigação, converte-se simultaneamente em “tortura”, como adverte Ascenso Ferreira, esteja presente ou não a ameaça da “palmatória pedagógica” a que se refere Cora Coralina.

A obrigação cabe ao Estado, se acompanhar os ditames da Constituição aprovada pelo Congresso brasileiro em 1988. Na Carta Magna brasileira, o artigo 205 define que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Presidência da República, *Constituição da República Federativa do Brasil*) O artigo 206 esclarece os princípios que guiam o ensino no país, colocando em primeiro e segundo lugar os seguintes quesitos:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Os dois artigos não mencionam a questão da leitura, menos ainda particularizam o prazer que o ato de ler literatura pode propiciar. Porém, as metas atribuídas à educação – promover “o pleno desenvolvimento da pessoa”, além de prepará-la para o exercício da cidadania – não divergem substancialmente do que os estudiosos esperam da leitura, a saber, a formação cabal e em liberdade do ser humano. Se a educação é capaz de emancipar o indivíduo, preparando-o

para o conhecimento e a arte, ela não deixa de realizar o que se atribui como o efeito principal da leitura. Logo, é ao Estado que compete o cumprimento de um dever ou o exercício de uma obrigação diante da leitura, o que talvez ele não execute como se desejaria, mas que, de todo modo, está consignado nos ideais da Constituição vigente.

O artigo 214, ao encerrar a seção dedicada à educação, invoca a lei responsável pelo plano nacional de educação, cuja meta primeira é a “erradicação do analfabetismo”, a que se seguem a “universalização do atendimento escolar”, a “melhoria da qualidade do ensino”, a “formação para o trabalho” e a “promoção humanística, científica e tecnológica do País”. Tais objetivos são mantidos na última versão do Plano Nacional de Educação, que cobriria o período entre 2011 e 2020, mas que foi sancionado apenas em junho de 2014. Tal demora talvez explique em que consiste a leitura enquanto necessidade – a de que a sociedade reivindique a melhoria do ensino, para que finalidades como “erradicação do analfabetismo” não mais constem de planos governamentais.

5. Prazer e conhecimento

A leitura da literatura pode produzir o prazer limiar do erotismo a que se refere Barthes ou a catarse projetada por Jauss. Contudo, a literatura pode igualmente expor o prazer quando ele se concretiza em situação oposta, neste caso não coincidindo com o hedonismo negado por Platão ou com a volúpia de que se distancia Horácio. Particularmente para Platão, o prazer opõe-se à razão teórica e ao saber. Ainda que não compartilhe a concepção platônica, S. Freud, ao transferir o prazer para a esfera do inconsciente, também exclui a hipótese de que possa se aliar ao conhecimento ou à compreensão do mundo.

Não é o que parece revelar Graciliano Ramos em episódio de *Vidas secas*, o romance que publicou em 1938. O enredo, protagonizado por Fabiano, a esposa, Sinhá Vitória, e os dois filhos, criaturas anônimas identificadas pelo narrador como menino mais velho e menino mais novo, são retirantes que fogem da implacável seca a afligir a região onde habitam. No capítulo inicial do romance, relata-se a caminhada da família na direção de terras melhores, após seus membros terem abandonado a fazenda em que residiam e trabalhavam. Alojam-se em outra propriedade, mas a seca reaparece, obrigando-os a partir de novo,

desta vez a caminho do Sul.

A noção de que o ciclo migrante será retomado em breve expressa-se no capítulo XII, “O mundo coberto de penas”, quando Fabiano assiste à chegada do pássaros que anunciam a seca próxima. Precedendo os seres humanos, as “arribações” que “vinham em bandos, arranchavam-se nas árvores da beira do rio, descansavam, bebiam”, percebiam que “em redor não havia comida” e “seguiam viagem para o sul” (Ramos, 1938, p. 167)¹. Diante desse espetáculo, Fabiano, cujo pensamento é acompanhado pelo narrador, conclui que “aquelas excomungadas levavam o resto da água, queriam matar o gado.”

A frase, contudo, não é do vaqueiro, mas de Sinha Vitória, e, ao ouvi-la pela primeira vez, ele julgou-a “extravagante”. A narração, por meio do discurso indireto livre, acompanha a voz de Fabiano: “Aves matarem bois e cabras, que lembrança!”. Na sequência, a técnica repete-se para dar conta da interioridade da personagem: “Um bicho de penas matar o gado!” (p. 167).

Mais adiante, no mesmo capítulo, Fabiano volta a refletir sobre a frase de Sinha Vitória: “Como era que Sinha Vitória tinha dito?”. É quando a “frase dela tornou ao espírito de Fabiano”, que sua “significação apareceu”. O narrador acompanha o raciocínio do sertanejo:

As arribações bebiam a água. Bem. O gado curtia sede e morria. Muito bem. As arribações matavam o gado. Estava certo. Matutando, a gente via que era assim, mas Sinha Vitória largava tiradas embaraçosas. Agora Fabiano percebia o que ela queria dizer. Esqueceu a infelicidade próxima, riu-se encantado com a esperteza de Sinha Vitória. Uma pessoa como aquela valia ouro. Tinha ideias, sim senhor, tinha muita coisa no miolo. Nas situações difíceis encontrava saída. Então! Descobrir que as arribações matavam o gado! E matavam. Àquela hora o mulungu do bebedouro, sem folhas e sem flores, uma garrancharia pelada, enfeitava-se de penas. (p. 168-169)

Refletindo sobre a frase da esposa, Fabiana identifica o silogismo em que a afirmação se fundamenta. A premissa maior é a noção de que as arribações bebem a água dos poços; a premissa menor, a de que essa água – agora pouca

¹ As demais citações, retiradas dessa edição, serão indicadas pelo número da página onde se encontram. Procedemos à atualização ortográfica.

– mantém vivo o gado. Logo, as aves, consumindo a água que resta, são responsáveis pela morte dos bois.

Processam-se, no episódio, duas leituras: primeiramente, a de Sinha Vitória, que observa o mundo a seu redor – “coberto de penas” – e expressa sua compreensão dos acontecimentos. Sua fala não é reprodutiva, mas hermenêutica, porque, diante do fato, procura entendê-lo e interpretá-lo, aplicando ao real o resultado desse processo intelectual. A segunda leitura é a de Fabiano, que não lida mais com o fato, mas com a manifestação linguística da companheira, recuperando o silogismo que a mulher formulara: “As arribações bebiam a água. Bem. O gado curtia sede e morria. Muito bem. As arribações matavam o gado.” A descoberta faz bem ao sertanejo, e sua satisfação aparece de imediato: ele “esqueceu a infelicidade próxima, riu-se encantado com a esperteza de Sinha Vitória.”.

Fabiano é iletrado, e o mundo do impresso produz nele reações contraditórias: às vezes, inveja seu Tomás da bolandeira, que “lia livros e sabia onde tinha as vendas” (p. 46); em outras ocasiões, desdenha aquele universo, que não impediu a desgraça do vizinho, até então mais afortunado que o vaqueiro. Contudo, Fabiano é, à sua maneira, um leitor, porque aprende a manejar com a linguagem verbal, a entender as operações mentais que propicia e a aplicar suas virtualidades à compreensão do ambiente que o cerca.

Para Sinha Vitória, a realidade é um texto que ela decifra; para Fabiano, o deciframento de Sinha Vitória é um segundo texto que compete entender para chegar à realidade que ele traduz. Essas são operações de leitura, que o casal performa, apesar do mundo adverso e opressivo – “coberto de penas”, como sugere, literal e metaforicamente, o título do capítulo – em que vivem e ao qual reagem.

O prazer que desfruta Fabiano advém das operações intelectuais que produz, acionado pelo texto – a manifestação verbal – que Sinha Vitória lhe oferece. Como expressa o narrador, ele “riu-se encantado”, fruindo a mútua descoberta – a sua e a da esposa, o que atenua, ao menos temporariamente, a desgraça do presente e o anúncio implícito de nova migração, tal como a das aves exterminadoras do gado.

O prazer de ler, advindo da circunstância de que o real constitui um texto a ser decifrado e exposto por meio da linguagem verbal, não incide em recusa do saber, mas na sua afirmação, a exemplo do modo como procede o rúde sertanejo

Fabiano, herói de *Vidas secas*. À sua maneira, ler é igualmente fruição, restando ao Estado cumprir sua parte – a obrigação de aperfeiçoar os meios de aquele resultado ser alcançado, suprimindo suas necessidades “pra [gente] brilhar, / não pra morrer de fome” (VELOSO).

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 224 p.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo, 1966. 264 p.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987. 88 p.
- BASTOS, Fernando. *Panorama das ideias estéticas no Ocidente*. (De Platão a Kant). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. 184 p.
- CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 6. ed. São Paulo: Global, 1984. 237 p.
- EPICURO. Antologia de textos. In: EPICURO e outros. *Os pensadores*. Trad. Agostinho da Silva e outros. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 13-20.
- FERREIRA, Ascenso. *Catimbó: Cana caiana : Xenhenhém*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. 212 p.
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Claudia Dornbusch e outros. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (*Obras psicológicas de Sigmund Freud*, v. II). p. 123-182.
- HORÁCIO. Arte poética. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981. p. 53-68.
- JAUSS, Hans Robert. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970. 250 p.
- JAUSS, Hans Robert. *Kleine Apologie der Ästhetischen Erfahrung*. Konstanz: Verlag der Universität Konstanz, 1972. 75 p.
- JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa (Org). *A literatura e o leitor*. Textos de Estética da Recepção. Tradução de Luiz Costa Lima e outros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 384 p.
- PESSOA, Fernando. *Poesias*. Porto Alegre: L&PM, 2009. 114 p.
- PLATÃO. Filebo. In: _____. *Diálogos*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPa, 1974. V. VIII. p. 87-181.

Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 14 set. 2012.

RAMOS, Graciliano. *Vidas seccas*. Romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. 210 p. (Edição fac-similar)

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, A. Ambrósio de Pinal. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010. 256 p.

VELOSO, Caetano. *Gente*. Disponível em: <http://letras.mus.br/caetano-veloso/44729/>. Acesso em: 20 jun. 2014.